

# A arquitetura do Império Romano: uma discussão das construções da Bitínia na correspondência entre Plínio, o Jovem e Trajano

*The architecture of the Roman Empire: a discussion on the  
constructions of Bithynia in the correspondence between  
Pliny the Younger and Trajan*

**Alex Aparecido da Costa\***

**Resumo:** Um dos aspectos importantes de coesão do Império Romano era o urbanismo. As cidades eram espaços de afirmação da ordem social romana, sobretudo de suas camadas dirigentes. Nas províncias, a administração, por meio de um pacto com as elites, promovia construções de obras que respaldavam o poder local e o poder imperial. Expressões destacadas dos processos de integração do Império Romano, esses esforços eram marcados pela complexidade das relações de poder entre o centro e a periferia do mundo romano. Neste artigo, discutiremos a presença desses elementos nas cartas de Plínio, o Jovem, e Trajano acerca da administração da província romana da Bitínia.

**Abstract:** One of the important aspects of cohesion in the Roman Empire was urbanism. Cities were spaces for the affirmation of the Roman social order, above all for its ruling layers. In the provinces, the administration, through a pact with the elites, promoted construction that supported local power and imperial power. Outstanding expressions of the integration processes of the Roman Empire, these efforts were marked by the complexity of power relations between the center and the periphery of the Roman world. In this article we will discuss the presence of these elements in the letters of Pliny the Younger and Trajan about the administration of the Roman province of Bithynia.

**Palavras-chave:**

Império Romano.  
Administração provincial.  
Construções.  
Integração.  
Relações de poder.

**Keywords:**

Roman Empire.  
Provincial administration.  
Buildings.  
Integration.  
Power relations.

---

Recebido em: 03 jan. 2021  
Aprovado em: 30 mar. 2021

---

\* Professor Colaborador de História Antiga do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá.

## Introdução

No início do século II, sob o governo de Trajano, o Império Romano atingiu sua máxima expansão territorial. Era então composto por uma variedade de populações e culturas, e seu controle não era feito exclusivamente pelo elemento militar. Para o poder imperial era necessária a construção permanente de instrumentos que favorecessem a conciliação com as províncias, sobretudo com os grupos dirigentes.

Diante desse quadro, os estudos atuais acerca do Império Romano pensam a dominação romana a partir do conceito de integração (GUARINELLO, 2010). A ideia de integração considera a importância de variados vínculos de exploração e do estabelecimento de negociações e relações de poder entre centro e periferia. Valoriza também a compreensão das articulações de interesses diversos e do abrandamento dos instrumentos de coerção, especialmente sobre as elites. Trata-se de um conceito útil para a análise de diversas sociedades ao longo do tempo e que, no caso de Roma, ajuda a compreender os variados aspectos da inserção dos grupos privilegiados locais na ordem social do Império.

Nesse sentido, a proposta deste artigo é apresentar uma discussão de algumas cartas reunidas no Livro 10 do epistolário de Plínio, o Jovem, que contém sua correspondência com o imperador Trajano, que o nomeara governador da Bitínia, ocasião em que foi discutida uma série de problemas relativos à administração dessa província romana. Plínio era um senador de origem equestre que iniciou sua carreira na vida pública na época dos imperadores Flávios e atingiu os mais altos cargos sob Trajano, que o indicou para a magistratura consular no ano 100. Após exercer os cargos de prefeito do Erário militar e do Erário de Saturno, bem como a curatela das águas do Tibre, o César enviou Plínio para o governo da Bitínia por volta de 110. Sua missão na província envolvia várias questões, que iam do controle de gastos até a distribuição de tropas. Trajano, por sua vez, era o primeiro imperador de origem provincial. Oriundo da Hispânia, ele fez da *militia* seu caminho para o poder. Como comandante das tropas da Germânia, sua projeção sobre os exércitos foi um fator importante para sua indicação como sucessor de Nerva, que necessitava de apoio militar contra os grupos descontentes pela queda de Domiciano. Ao assumir o Império, em 98, após a morte de Nerva, a política de conciliação com o Senado foi uma das marcas de seu governo, que teve em Plínio um de seus principais articuladores. A obra epistolar de Plínio intitula-se *Cartas* e é composta por nove livros abrangendo sua correspondência pessoal com diversos membros dos círculos aristocráticos de Roma e por um contendo as epístolas relativas à sua legação na Bitínia acrescidas do *Panegírico de Trajano*, um discurso de agradecimento ao César por sua indicação ao consulado. A

produção pliniana, de modo geral, expressa uma visão positiva do Império Romano e das elites dirigentes que o governavam em colaboração com o imperador. De modo específico, como veremos, é essa visão que aparece nas cartas da administração da província, nas quais o poder romano é apresentado como promotor de uma visão esplendorosa do mundo imperial romano.

### **O mundo imperial e o espaço urbano nos processos de integração**

As interpretações atuais acerca do Império Romano enfatizam a ideia de integração, que pressupõe trocas culturais, construção de identidades, resistências e relações de poder (GUARINELLO, 2010). No contexto romano, as cidades eram os espaços nos quais esses fenômenos de expressão de identidades e alteridades ocorriam com mais frequência, podendo ser verificados tanto na interação entre representantes do poder imperial e provinciais quanto entre membros das comunidades locais. Na região oriental do Império, a importância das cidades era inerente às tradições gregas fundadas nas experiências das *poleis*, e a presença romana, herdeira do helenismo, reforçava a noção do papel civilizador do espaço urbano. Nesse sentido, devemos considerar a relevância dos edifícios públicos como espaços institucionais destinados à expressão de vários aspectos do urbanismo, que estimulavam o convívio social e a adoção de diversos hábitos comunitários que forjavam identidades compartilhadas. Outro elemento importante é o papel do espaço urbano como palco para manifestação do prestígio social das elites, sobretudo por meio de atos de evergetismo, que tinha na construção e embelezamento de obras urbanas grande parte de sua expressão.

O espaço urbano como local de construção de identidades é salientado por Revell (2009, p. 3), que vê uma conexão fundamental desse elemento com a arquitetura e a vida diária. Para a autora, templos, prédios públicos e teatros eram locais de reprodução das relações de poder que estruturavam a identidade romana, galvanizando funções e distinções sociais (REVELL, 2009, p. 162; 167). A autora destaca ainda que a arquitetura pública, como expressão do poder romano no cotidiano provincial, compunha os locais onde as identidades romanas eram assimiladas e expressadas (REVELL, 1999, p. 52). Isso certamente contribuía para o processo de integração que buscamos compreender, sobretudo levando em consideração a importância que, como veremos, a correspondência entre Plínio e Trajano dedica às construções na província da Bitínia. Todavia, é importante não supervalorizar o papel das construções, uma vez que “para uma sociedade ser romanizada, não significava necessariamente ter construções romanas, mas sim ter membros que soubessem como agir e nela se comportar de modo romano” (REVELL,

1999, p. 53). Da mesma forma, não se deve minimizar o papel desses elementos do espaço urbano, uma vez que “a ação humana não deve ser vista em um vácuo, mas sim dentro de um contexto espacial e temporal, com a expectativa de alguma forma de audiência” (REVELL, 1999, p. 53).

A importância das construções e da arquitetura urbana pode ser realçada pela variedade de temas possíveis, tais como competição, emulação, diferenciação, individualismo e conservadorismo (WOOLF, 2004, p. 160; 163). Tais temas podem ser explorados no âmbito de nossa abordagem acerca da integração, uma vez que as motivações e as posturas dos indivíduos e comunidades envolvidas nas obras pensavam suas realizações muitas vezes dentro das dinâmicas de interação entre suas posições locais e o poder de Roma. É o que aponta Ando (2000, p. 307-308) em relação a indivíduos que empreendiam construções como forma de promover suas carreiras, o que era bem visto aos olhos do poder imperial, já que tal costume permitia encorajar a generosidade dos membros das elites em favor das comunidades locais, ao mesmo tempo que se alimentava uma cultura de lealdade em relação ao imperador. Mas a lealdade dos súditos poderia ser também capturada pelo imperador de forma direta, sem as ações dos membros das elites locais, pois construções grandiosas dependiam de seu poder e, segundo Veyne (2015, p. 653), a grandeza das construções demonstrava que o soberano podia realizar coisas que os indivíduos não podiam.

Vemos, portanto, que a historiografia ressalta a importância do urbanismo e de suas construções como locais de elaboração da identidade romana e de estabelecimento de relações de poder. Nesses locais, as obras, os espaços públicos e os hábitos neles adquiridos expressavam elementos importantes da ordem social romana, sendo compartilhados pelos súditos, pelas elites e pelo poder imperial. Em virtude disso, consideramos relevante analisar como Plínio e Trajano tratavam a questão das obras na Bitínia.

### **O poder para construir e a construção do poder**

A correspondência presente no Livro 10 das *Cartas* aborda com mais profundidade oito situações envolvendo obras na província, o que gerou a troca de vinte cartas entre Plínio e Trajano. Dessas, metade se refere às questões levantadas por Plínio e o restante corresponde às respostas de Trajano. Na leitura de todo o epistolário, notamos que cartas relacionadas a outros assuntos ficaram sem a resposta imperial, mas neste caso isso não ocorre, revelando que a questão das obras era uma preocupação efetiva do César e um elemento importante da missão pliniana. Por isso, trata-se de um tema cuja análise pode trazer elementos sobre a integração provincial na postura dos correspondentes. Entretanto,

antes de avançarmos nos detalhes do conjunto de cartas sobre as obras na Bitínia convém ressaltar a especificidade e relevância das cartas 8 e 9, pertencentes à correspondência privada entre Plínio e Trajano e anteriores à legação pliniana na Bitínia. O assunto envolvia um pedido ao imperador, por parte de Plínio, para ausentar-se de Roma para tratar de assuntos particulares e da construção de um templo, no qual seria dedicada uma estátua a Trajano: “Rogo-te, em primeiro lugar, que me permitas também realizar a obra que vou empreender com uma estátua tua assim que me conceda a permissão para que eu possa realizar a tarefa o mais rápido possível” (Plínio, o Jovem, *Epistulae ad Traianum*, 10, 8, 4). Embora não tratem de obras na província em questão, as cartas antecipam alguns elementos relativos às obras discutidas nas epístolas que posteriormente foram enviadas por Plínio da Bitínia.

Destacam-se aspectos das relações de poder que envolviam as elites locais com figuras como Plínio, um membro da ordem senatorial em posição privilegiada junto ao imperador: “[eu] escrevia aos decuriões para elegerem o terreno no qual levantaria um templo a meus custos; deixaram-me a escolha do lugar em consideração a minha iniciativa” (Plin., *Ep. Tra.*, 10, 8, 2). É interessante notar como a mediação entre as partes foi feita tendo uma construção como elemento central, favorecendo a afirmação dos envolvidos no contexto da ordem social romana em favor do poder imperial. De acordo com o senador, o imperador Nerva incentivara e dera exemplo em favor de atos de munificência, indicando que essa era uma prática valorizada tanto pela aristocracia romana quanto pelo poder imperial: “Como teu divino pai, senhor, não só com um belíssimo discurso, mas também com seu próprio exemplo pleno de honra, animara a todos os cidadãos à munificência pública” (Plin., *Ep. Tra.*, 10, 8, 1). No caso desta carta, Plínio utiliza seu ato de benfeitor público para se mostrar em boas relações com a ordem decurional, com troca de gentilezas e concessão de privilégios e também para expressar suas virtudes de homem público, ao revelar que adiou assuntos pessoais em razão das responsabilidades de seu cargo (Plin., *Ep. Tra.*, 10, 8, 3), embora confesse que também usará a referida viagem para cuidar da administração de suas propriedades (Plin., *Ep. Tra.*, 10, 8, 5). Além disso, Plínio destaca que seu ato de evergetismo é uma demonstração de lealdade ao imperador, cuja estátua o senador pretendia incluir na obra do templo a ser construído. Na resposta de Trajano, é interessante notar que ele estimou um valor público para o evergetismo de Plínio e, apesar de expressar certa contrariedade, valorizou o ato de devoção representado pela dedicação de uma estátua sua.

Não só me expôs muitas, senão inclusive todas as razões de interesse público para pedir-me uma licença; entretanto, para mim era suficiente somente teu desejo. Não duvido, de fato, de que voltarás a essa tarefa tua tão rigorosa logo que

possas. Ainda que eu seja muito relutante a honras desta natureza, no entanto, permito-te que me dediques uma estátua no lugar em que desejes para que não pareça que coloco obstáculos à expressão de tua lealdade em relação a mim (Plin., *Ep. Tra.*, 10, 9).

Ao acrescentar a discussão destas cartas, anteriores à legação de Plínio na Bitínia, nossa intenção não é propor que essa e as situações ocorridas na província fossem análogas, mas sim que possuem pontos comuns, sobretudo a busca provincial de inserção na ordem romana por meio do ímpeto nas construções, e a iniciativa e aprovação do poder romano de dotar as cidades provinciais de novas construções. Tal atitude, como veremos, foi sempre valorizada por Plínio e Trajano. Assim, mesmo diante de eventuais abusos e má gestão das rendas públicas, a importância das construções não era contestada diretamente, mas apenas os desvios que elas envolviam.

Passando para as cartas referentes à administração da Bitínia, temos, em linhas gerais, por parte de Plínio, a presença de pedidos de autorizações, de informações, de envio de profissionais para auxílio na fiscalização e melhoria nas obras, bem como o envio de relatórios ao imperador. Em relação a respostas de Trajano, podemos ler o César dando permissões, esclarecimentos, aprovando medidas de Plínio e apresentando restrições, geralmente ligadas a aspectos financeiros e também recomendando o uso de profissionais locais, mas, também, eventualmente aprovando o envio de profissionais de Roma. Nessas epístolas, vemos Plínio envolvido em três tipos de situação relativas às obras na Bitínia: em quatro ocasiões estão presentes propostas de novas obras na província e respectivos pedidos de autorização ao imperador referentes a elas; em duas o governador se dedica a fiscalizar problemas de construções em andamento; em outra, foi levantado um suposto problema religioso em torno de uma obra.

Quanto às propostas de novas obras, temos inicialmente uma série de cartas relacionadas com a construção de banhos na cidade de Prusa, uma demanda dos provinciais que é transmitida ao imperador por Plínio, que, diligentemente, informa já ter tomado algumas providências:

Os habitantes de Prusa, senhor, têm banhos, porém são sujos e antigos. Assim, pois, considero muito importante que se construam novos; parece-me que podes atender esse desejo. Haverá, de fato, dinheiro para que possam ser construídos; em primeiro lugar, o que já comecei a reclamar e exigir dos particulares; logo eles mesmos estão dispostos a aplicar na obra dos banhos o dinheiro que costumavam gastar com óleo; é algo que, em todo caso, reclama a importância da cidade e o esplendor de teu reinado (Plin., *Ep. Tra.*, 10, 23).

Se a construção de novos banhos não vai agravar os recursos dos prusienses podemos atender sua petição com a condição de que por este motivo não os sobrecarregue com novos impostos ou tenham menos recursos para atender no futuro aos gastos necessários (Plin., *Ep. Tra.*, 10, 24).

Após receber a autorização de Trajano, o governador cuidou de encontrar uma localização adequada para a obra, tarefa que, junto com suas demais atribuições, lhe tomaria certo tempo, visto que retomou o tema muitas cartas depois (Plin., *Ep. Tra.*, 10, 70). Plínio seguia a orientação de controlar os gastos com obras, pois pede autorização a Trajano para construir os novos banhos em Prusa, garantindo que estava tomando as providências para levantar o dinheiro necessário. Além disso, o governador enfatiza a importância propagandística da obra em favor do César, que acolhe a proposta e reitera a preocupação com gastos e impostos adicionais. Ao escolher uma propriedade imperial para a construção dos banhos – “a situação jurídica da casa é esta: um tal Cláudio Polieno a havia doado ao imperador Cláudio” (Plin., *Ep. Tra.*, 10, 70, 2) –, Plínio, além de ter garantido que o imperador concedesse autorização para a construção de uma obra importante, favoreceu também que Trajano fosse um benfeitor junto com os provinciais nesse ato de evergetismo: “dedicaria a ti, por cujo benefício será feita essa obra suntuosa e digna de teu nome” (Plin., *Ep. Tra.*, 10, 70, 3). Nesse sentido, é importante frisar que, segundo Evangelidis (2015, p. 345-346), a satisfação e o orgulho cívico ligados às construções eram ainda maiores quando envolviam a figura do imperador. Em sua resposta, Trajano concede a propriedade e faz uma observação de cunho religioso em virtude de um templo que fora construído na propriedade: “Todavia, não me explicou com clareza se o templo havia sido construído no peristilo em honra de Cláudio. Pois, se foi construído, embora tenha sido derrubado, seu caráter sagrado também consagrou o terreno” (Plin., *Ep. Tra.*, 10, 71, 1). A questão parece levantar uma questão relacionada ao culto imperial de seus predecessores, que, enquanto parte dos elementos que respaldavam o poder imperial romano, também o favorecia.

A leitura da carta 23 leva-nos a crer que Plínio endossava um desejo dos cidadãos de Prusa de construir novos banhos, pois, segundo Sherwin-White (1998, p. 592), a política de construções era um encargo do conselho e dos magistrados. Nesse sentido, o governador, tendo aprovado a proposta dos provinciais, a encaminhou ao imperador, afirmando sua necessidade, importância e viabilidade com recursos locais. Levando em consideração que as instruções de Trajano a Plínio na carta 24 não eram exatamente proibitivas em relação às construções, mas sim contra os gastos excessivos (SHERWIN-WHITE, 1998, p. 593), podemos ver, na questão dos banhos de Prusa, uma engenhosa forma de legitimação do poder imperial funcionando em duas vias. De seu lado, os provinciais buscavam a sanção imperial para uma construção pública característica do urbanismo romano; o poder imperial, por sua vez, autorizou a proposta dos súditos, já que ela representava uma intenção local de adesão aos modelos oriundos do centro do Império.

Nas cartas 70 e 71, com o pedido de Plínio para que o imperador doasse um terreno à cidade de Prusa para a construções dos banhos, e com a autorização de Trajano, respectivamente, temos dois aspectos relevantes. O primeiro deles é a informação da doação da casa ao imperador Cláudio feita por um provincial chamado Cláudio Polieno, que, segundo Sherwin-White (1998, p. 657), seria um aristocrata local que teria recebido a cidadania romana daquele César. O segundo é a preocupação de Trajano em relação à consagração do terreno ao culto do imperador Cláudio. Neste caso, chama a atenção o contraste da atitude do imperador em relação à postura adotada no caso da transferência do templo da Grande Mãe, em Nicomédia, quando afirmou não haver necessidade de preocupação com escrúpulos religiosos (*Ep. Tra.*, 10, 50). Essa diferença de convicção pode estar associada ao fato de que o templo da Grande Mãe era ligado a uma religião local, enquanto templo de Cláudio pertencia ao âmbito do culto imperial, que era um importante fator de propaganda e coesão do poder de Roma em suas províncias. Inclusive, conforme Sherwin-White (1998, p. 659) destaca, o culto aos imperadores era muito importante na Bitínia, e a regra de ser vedado aos possuidores de cidadania romana era desobedecida. Neste caso, como Trajano não se pronunciou a respeito, podemos inferir que a transgressão contava com a conivência do poder imperial, que, ademais, beneficiava-se dessa situação. Ou seja, este caso indica que o respeito aos costumes locais não era uma regra absolutamente rígida, sobretudo quando se interpunha a algum interesse imperial. Também é importante destacar que, em relação à questão do templo da Grande Mãe, Plínio tinha, de início, uma visão domesticada da província: "Assim, pois, como perguntei se havia alguma ata de consagração do templo, me inteirei de que seu costume sobre a consagração de templos difere do nosso" (*Ep. Tra.*, 10, 49, 2). Ou seja, o governador, antes de ser informado pelos provinciais de seus costumes, havia abordado a questão, tendo em mente as regras que eram aplicadas na cidade de Roma.

Estendendo a discussão das construções como forma de legitimação da estrutura de poder imperial, é possível perceber, a partir da correspondência acerca dos banhos de Prusa, nas atitudes de Plínio e Trajano e também nas dos provinciais, a impossibilidade de entender o urbanismo naquele contexto com base em uma dicotomia entre imposição e adoção. Pois, como sugere Revell (2009, p. 77), o urbanismo funcionava como uma instituição inserida na mentalidade provincial, favorecendo a autoridade imperial quando esta atuava neste âmbito, na medida em que os súditos se dispunham a participar, sob a autoridade imperial, da elaboração do discurso urbanístico. E, nesse sentido, se os notáveis participavam construindo, enquanto os demais cidadãos usufruíam desses atos de evergetismo, não devemos pensar tampouco em empenho ou passividade deste ou daquele grupo, mas sim em formas de ação, em participação dos súditos baseadas na

estratificação local, as quais, de certa forma, determinavam suas funções neste contexto da integração.

Outra proposta de obra na Bitínia presente na correspondência entre Plínio e Trajano referia-se à construção de um aqueduto em Nicomédia, que os provinciais vinham tentando realizar sem sucesso. De acordo com o relatório de Plínio, os cidadãos de Nicomédia pretendiam construir aquedutos, uma obra de infraestrutura tipicamente romana, porém sem sucesso: “Os nicomedianos, senhor, gastaram três milhões, trezentos e dezoito mil sestércios na construção de um aqueduto que logo foi abandonado” (Plin., *Ep. Tra.*, 10, 37, 1). Diante disso, o governador solicitou que Trajano enviasse especialistas de Roma para que as obras fossem terminadas sem problemas: “é necessário que me envie um especialista em canais ou um arquiteto, para que não suceda de novo o que ocorreu” (Plin., *Ep. Tra.*, 10, 37, 3). Novamente, o governador não deixa de enfatizar o papel propagandístico da obra. Em sua resposta, Trajano alerta Plínio sobre a possibilidade de ilegalidades em relação aos recursos das obras, uma vez que o governador mencionou apenas problemas técnicos: “convém a essa mesma diligência tua que investigues as pessoas por cuja negligência os nicomedianos perderam até este momento tão grande quantidade de dinheiro” (Plin., *Ep. Tra.*, 10, 38, 1). Nessa questão, três aspectos se destacam e podem ser discutidos a partir da ideia de integração: o reconhecimento da importância da obra por parte do governador e do César, a provável falta de conhecimento técnico dos construtores locais para a construção do aqueduto e a postura dos correspondentes diante do excesso de gastos e da suspeita de corrupção.

Como temos ressaltado ao longo do texto, o impulso construtor e o urbanismo eram característicos do Império e o reconhecimento dos correspondentes da relevância das obras insere-se nesse panorama. O desejo dos provinciais de dotarem sua cidade de um aqueduto é significativo. Discutimos acima a construção de banhos em outra cidade da província, o que fazia parte de uma tendência de dotar as cidades do Império de modelos arquitetônicos romanos. Tais construções exigiam o controle das águas no ambiente urbano, controle que, segundo Franco Pereira (2013, p. 217-223), auxiliava na consolidação do poder imperial. A opção por uma construção tipicamente romana reforçava o processo, pois havia “um esforço romano e das elites provinciais em sistematizar a urbanização pré-romana nos moldes romanos” (BUSTAMANTE, 2006, p. 116). Revell (2009, p. 38) aponta a ideia das construções como imposições romanas ou como adoções nativas, recusando tal dicotomia em favor de um debate que considere o impacto das experiências urbanas sobre a integração dos habitantes locais nas estruturas do Império e na percepção da identidade romana (REVELL, 2009, p. 57), e afirma que “as construções se tornam uma fonte para a expressão da *romanitas*” (REVELL, 1999, p. 57).

O ímpeto dos cidadãos de Nicomédia para edificar o aqueduto é curiosamente atestado pela sua incapacidade de concluir a obra, pois a queriam mesmo diante das limitações técnicas dos construtores locais para realizá-la, o que justificava o pedido de Plínio para o envio de especialistas de Roma. Nesse sentido, Evangelidis (2015, p. 347-348) explica que, por um lado, os gregos hesitavam na adoção de modelos arquitetônicos romanos em função da falta de materiais e conhecimentos apropriados. Por outro, destaca também que elementos como a superioridade das técnicas romanas, a necessidade de atualização do espaço urbano aos padrões imperiais, associado aos atos de evergetismo, foram decisivos para a adoção dos elementos de arquitetura romana. Por sua vez, Ando (2000, p. 309) ressalta que o aqueduto estava entre as maiores contribuições arquitetônicas de Roma para o mundo grego. Temos, portanto, na intenção da construção do aqueduto por parte da cidade de Nicomedia, na disposição de Plínio em concluir a obra, bem como na concordância de Trajano, uma convergência de ações locais e imperiais voltadas para dotar a cidade de uma infraestrutura caracterizada por modelos romanos. Ou seja, um esforço de integração nesse aspecto do urbanismo provincial.

É preciso, todavia, considerar as suspeitas de Trajano em relação à hipótese de corrupção na obra do aqueduto em Nicomédia. Ou seja, paralelo ao desejo de membros das elites locais de dotar a cidade com uma estrutura arquitetônica romana havia também a possibilidade de que esse impulso estivesse permeado pelo interesse de desvio de fundos por parte de alguns indivíduos dos círculos dirigentes. Como já apontamos anteriormente, a prática do evergetismo era um elemento importante na realização das obras públicas, por isso, uma afirmação é bastante sugestiva neste caso: "o evergetismo não é sempre o paraíso terrestre, é frequentemente o reino da malandragem" (VEYNE, 2015, p. 320). Mas como Levick (1979, p. 128) e Zuiderhoek (2009, p. 42) ressaltam que um dos problemas da Bitínia ocorria justamente em função do excesso de prosperidade, incentivando-se práticas desonestas nas execuções das obras, podemos admitir que a província poderia ser, para escrevermos no estilo de Veyne, um "paraíso para malandros". Portanto, o aspecto integrador da adoção provincial de elementos arquitetônicos romanos na província comportava também atos de corrupção. Enquanto a adoção de modelos romanos refletia um interesse comunitário de aproximação com uma identidade urbana imperial, os eventuais desvios representavam ações pessoais ou de grupos visando a benefícios individuais ou corporativos de cunho financeiro.

Outro projeto de obra presente na cidade de Nicomedia também envolvia a utilização das águas, todavia com o objetivo distinto de transporte de materiais de construção e mercadorias. Trata-se da proposta da construção de um canal entre um lago e o mar, que também suscita aspectos nas cartas que podem ser discutidos pensando

na ideia de integração. A questão ocupou duas cartas com as diligências de Plínio e duas respostas com as recomendações de Trajano. Além das vantagens estruturais da construção do canal, o legado não deixou de enfatizar sua importância para a ideologia imperial. Diferentemente do que ocorrera em outros pedidos, Trajano, além de aprovar a obra, autorizou o envio de profissionais de Roma. Na segunda carta enviada a Trajano a respeito do assunto, Plínio relatou ter tomado todas as precauções recomendadas por Trajano para a boa execução da obra e mencionou a preocupação com a idoneidade do topógrafo que deveria fazer as medições necessárias. Na resposta desta carta, o imperador elogiou a diligência de Plínio e lhe deu autonomia para decidir sobre a obra.

Na primeira carta relacionada à construção do canal, o governador inicia associando a importância da obra com o reinado de Trajano: “Quando considero a grandeza de tua fortuna e de teu caráter, parece-me mais conveniente propor-te obras dignas de tua imortalidade como de tua glória e que haverão de ter tanto utilidade quanto beleza” (Plin., *Ep. Tra.*, 10, 41, 1), e finaliza a carta no mesmo estilo, mas recorrendo ao uso da comparação: “Porém, por este mesmo motivo (permitir-me-á que seja ambicioso por tua glória) mais me incita e me estimula o desejo de ser terminada por ti uma obra que aqueles reis somente puderam começar” (Plin., *Ep. Tra.*, 41, 5). Trata-se de um recurso já utilizado amplamente no *Panegírico*, no qual exaltou Trajano recorrendo muitas vezes à crítica contra Domiciano: “Além disso, não existe um bom elogio sem a comparação” (Plínio, o Jovem, *Panegyricus*, 53, 1). Neste caso, o recurso beneficiava não apenas a imagem do governante, mas também a do próprio Império, já que comparava as ações romanas com aquelas dos monarcas helenísticos que haviam governado a região da província antes da conquista. Como no caso da construção de aquedutos, em que o controle das águas visava a proporcionar meios de higiene, comodidade e lazer, as águas deveriam adaptar-se às exigências do Estado (FRANCO PEREIRA, 2013, p. 220), e a construção do canal como solução de engenharia arrojada para facilitar o transporte pode ser considerada uma importante manifestação do poder central, que, dessa forma, demonstrava ser capaz de grandes realizações, ilustrando o imperador como um mecenas do Império (VEYNE, 2015, p. 600; 648; 653), interessado em promover benefícios para a região provincial. A importância que Trajano deu à obra pode, inclusive, ser avaliada pelo fato de ele ter aprovado a solicitação de Plínio de um topógrafo de Roma para avaliar os problemas relativos à execução, enquanto a resposta fora negativa quando o governador pediu o envio de um arquiteto de Roma para acompanhar as obras de um teatro em Niceia e de banhos em Cláudiópolis (Plin., *Ep. Tra.*, 10, 39; 40) e quando solicitou um engenheiro para vistoriar obras não mencionadas em Prusa (Plin., *Ep. Tra.*, 17b, 18). Na verdade, a questão das solicitações de profissionais de Roma, bem como a aprovação ou negação por parte

de Trajano em relação a esses pedidos, permitem também outras reflexões, pois podiam estar associadas com o aumento de construções no centro do Império, com a avaliação da presença de profissionais competentes na província (Plin., *Ep. Tra.*, 18; 40), com a desconfiança em relação aos profissionais locais, ou mesmo com o desejo de Plínio de compartilhar com Trajano as responsabilidades em relação ao trabalho desses indivíduos. De qualquer forma, a variedade de posturas e as possibilidades de interpretação marcam a complexidade das relações administrativas que envolviam essas construções.

No contexto dessas obras, a proposta de Plínio para a construção de um sistema de esgoto em Amastris (Plin., *Ep. Tra.*, 10, 98; 99) apresenta um contraste importante. Embora o pedido de autorização da construção da obra de saneamento apresente aspectos bastante convencionais na postura dos correspondentes, que destacaram a precaução com os gastos financeiros referentes à obra, uma atitude recorrente no epistolário, o que chama a atenção é que, apesar do reconhecimento de Plínio e do César em relação à importância da obra de saneamento, não há nessas cartas menção dela como elemento de propaganda do reinado de Trajano. Após descrever a situação do esgoto correndo a céu aberto, Plínio oferece uma conclusão bastante prática: “Por estes motivos importa tanto à saúde como à estética que seja coberto” (Plin., *Ep. Tra.*, 10, 98, 1), e a resposta de Trajano segue a mesma linha: “Há uma boa razão, queridíssimo Segundo, para cobrir essa corrente de água que flui pela cidade de Amastris, se estando ao ar livre é prejudicial à saúde” (Plin., *Ep. Tra.*, 10, 99, 1). Nesse sentido, devemos relativizar o discurso presente na correspondência, que, em outras ocasiões, colocou o esforço urbanístico romano como forma direta de promoção da ideologia imperial, pois, como podemos perceber nesse caso relativo à construção do esgoto em Amastris, eventualmente as autoridades imperiais podiam simplesmente estar zelando pelo bem-estar das populações locais. Entretanto, devemos frisar que, independentemente do discurso presente nas cartas, uma obra desse tipo resultaria em prestígio para o poder romano, apesar de que o caráter sanitário da obra pudesse não ter o mesmo apelo propagandístico. Talvez, por isso, Plínio não tenha associado a obra à glória do reinado de Trajano.

Como já citamos de passagem, algumas cartas do Livro 10, que trata da fiscalização de obras em andamento, também podem fornecer algumas informações sobre a relação do poder imperial com a província da Bitínia. Logo após sua chegada na província, Plínio se envolve na fiscalização das obras públicas em Prusa (*Ep. Tra.*, 10, 17b; 18). Para tanto, o governador solicita o envio de um engenheiro para revisar as obras, seguindo a orientação de regular os gastos excessivos da província. Em sua resposta, Trajano aprova a iniciativa do legado, mas recomenda que ele utilize um profissional local. É possível que o governador estivesse esperando o envio de uma figura de confiança do imperador, mas

o César deposita a responsabilidade em Plínio e lhe dá autonomia para escolher quem deveria inspecionar as obras. Situação semelhante aparece em outras cartas (Plin., *Ep. Tra.*, 10, 39; 40) em relação à fiscalização de construções em Niceia, um teatro e um ginásio, e em Claudiópolis, banhos. Segundo o relato de Plínio, parece ter ocorrido falhas graves nos projetos das obras, o que exigiria a presença de um arquiteto para avaliar sobre a viabilidade da continuidade ou a necessidade de reconstrução das estruturas. Diante do exposto, Trajano garante autonomia de decisão a Plínio e recomenda que ele exija as doações prometidas e recrute um arquiteto da província, além de expressar preconceito em relação ao gosto grego pelos ginásios.

Nesse conjunto de cartas, há uma ênfase na preocupação com aspectos financeiros, como podemos perceber nas seguintes passagens: "Parece que é possível recuperar dos inspetores das obras públicas quantidades não pequenas se as medições se realizassem fielmente" (Plin., *Ep. Tra.*, 10, 17b, 1); "Temo que em Niceia o dinheiro público, e em Claudiópolis teu benefício, que é mais precioso que qualquer bem, sejam mal gastos" (Plin., *Ep. Tra.*, 10, 39, 6); "Porém, quando o teatro tenha sido terminado, cuide que sejam executadas pelos particulares as obras de embelezamento que para ele haviam prometido" (Plin., *Ep. Tra.*, 10, 40, 1). As citações remetem à falta de conhecimento técnico para executar as construções ou mesmo a eventuais atos de desvios de dinheiro público e a relutância de notáveis locais em cumprir suas promessas de evergetismo. Nesse caso, se, por um lado, temos um impulso urbanístico por parte dos provinciais, com extremos de falta de planejamento, de outro, temos indivíduos se aproveitando das construções para enriquecimento pessoal, enquanto outros não se comprometiam completamente com as práticas do evergetismo. Como Zuiderhoeck (2009, p. 30; 51) constatou, as construções eram feitas com recursos municipais, que eram suficientes para tal, e embelezadas com doações dos evergetas, que funcionavam como excedentes que contribuía para a realização das obras. O fato de haver desvios reforça a afirmação de que as finanças públicas bastavam para as construções, porém, é interessante para a nossa discussão a situação daqueles que buscavam se esquecer das promessas, que, conforme Veyne (2015, p. 209; 211) destaca, eram feitas na ocasião da posse das magistraturas. Nesse caso, podemos perceber esses indivíduos usando de forma maliciosa um instrumento de afirmação dentro daquela ordem social, provavelmente buscando projeção política sem o real intuito de arcar com os encargos necessários. Tal postura assinala certo desvio na utilização de um instrumento do processo de integração, da mesma forma que, conforme apontamos anteriormente, em alguns casos as diretrizes do poder imperial eram usadas contra os adversários das querelas locais.

Um aspecto interessante pode ser percebido quando Trajano justifica a mudança de estatuto da província, escrevendo que os provinciais “entenderão que me preocupo com eles, pois tu te encarregarás de que não tenham a menor dúvida de que foi escolhido para ser enviado a eles em meu lugar” (Plin., *Ep. Tra.*, 10, 18, 1). Essa suposta atitude benevolente do imperador contrasta com a irritação diante de um projeto local para uma construção tipicamente grega: “esses greguinhos gostam de ginásios, talvez por isso os de Niceia empreenderam sua construção com excessivo entusiasmo, entretanto, convém que se contentem com o ginásio que seja suficiente para eles” (Plin., *Ep. Tra.*, 10, 40, 2). De acordo com Cortés Copete (2005, p. 431), o ginásio era um dos locais centrais da vida social grega e, por isso, objeto do evergetismo. Em outra obra, o mesmo autor pontua que os gregos buscavam o equilíbrio entre a renovação cívica e a submissão a Roma (CORTÉS COPETE, 2015, p. 24). Como o evergetismo era um aspecto importante da vida política da elite grega, a opção pela construção de um ginásio é um dado significativo dessa busca de equilíbrio. A reação de Trajano revela que as margens de negociação com Roma poderiam ser estreitas e que obras urbanas como elementos de identidade eram objetos em disputa entre os provinciais e o poder romano. Nesse sentido, é importante ressaltar que, em cidades da Ásia Menor, as construções não possuíam influência romana (EVANGELIDIS, 2015, p. 352), o que revela aspectos de resistência dos provinciais em relação à imposição de modelos romanos.

### **Considerações finais**

Tendo em vista o tema da integração, vimos que as questões que envolveram as construções da Bitínia na correspondência entre Plínio e Trajano oferecem várias informações relevantes. Nesse sentido, percebemos que o empenho dos provinciais, bem como o apoio do poder romano em promover as obras na província, mostram que o espaço urbano foi entendido pelos correspondentes como um local de construção da identidade imperial por meio das construções abordadas. Nos diversos empreendimentos, a ênfase recaiu sobre a relevância para promoção do poder central e do César como grande evergeta do Império, inclusive na comparação positiva com as realizações dos antigos monarcas helenísticos. Por outro lado, foi observado, no caso da proposta de criação de um sistema de esgoto em Amastris, que as motivações do poder imperial também passavam por construções bastante práticas de infraestrutura urbana sem a constante evocação propagandística de obras com apelo arquitetônico mais nobre.

Do lado dos provinciais, percebeu-se, no empenho das construções, além dos tradicionais elementos do evergetismo, uma busca de interesses individuais, sobretudo se

considerarmos os prováveis atos de corrupção que preocupavam Plínio e Trajano. Nesse sentido, o empreendimento de obras, mesmo sem os conhecimentos técnicos adequados, indica, de um lado, uma busca de integração ao impulso urbanístico desse período; e, de outro, eventuais intenções de desvio de dinheiro público, ou mesmo posturas de falso engajamento em futuros atos de evergetismo dos magistrados locais. Mas também é importante destacar que as obras dos provinciais podiam, de certa forma, conter elementos de resistência aos modelos arquitetônicos de Roma, como no caso da construção do ginásio em Niceia. Ou seja, considerando a cidade como espaço de elaboração de identidades, a escolha de um elemento urbano marcadamente grego pode significar o desejo dos provinciais manterem certos costumes culturais que lhes eram característicos.

Esse aspecto de resistência ficou evidente em face da recepção negativa da obra do ginásio por parte de Trajano, o que aponta para sua postura ambígua diante do processo de integração, nesta e em outras situações. Nesse sentido, nota-se que o César estava mais disposto a aceitar construções que seguiam modelos romanos do que gregos, e também adotava uma subordinação em ordem de importância dos cultos locais diante do culto imperial. Quanto às solicitações de profissionais para avaliar e fiscalizar as obras na província, além dos aspectos já discutidos, podemos também inferir, por parte de Plínio, certa desconfiança em relação aos especialistas locais, que poderiam estar envolvidos tanto em disputas por prestígio ou mesmo em eventuais atos de corrupção. Por outro lado, a insistência do governador pelo envio de engenheiros e arquitetos de Roma, mesmo tendo autonomia para tomar decisões e para dispor de pessoal na província, pode demonstrar que o legado buscava, de certa forma, dividir responsabilidades com o imperador, recusando assumir individualmente algumas decisões. Devemos ressaltar também um aspecto importante em relação às obras na província: embora houvesse, segundo as instruções de Trajano, a necessidade de autorização para as construções, tal atitude não era reflexo de uma postura proibitiva, pois a análise das cartas apontou mais para a preocupação contra gastos excessivos ou abusos do que para uma política de controle efetivo das construções na província.

A valorização do ambiente urbano, espaço de encontro de fronteiras culturais e sociais e, portanto, de integração, dava-se em virtude de que tanto os provinciais quanto o poder imperial reconheciam o evergetismo associado às construções como forma de galvanização da identidade imperial. As várias obras na província que foram temas de discussão entre os provinciais e os correspondentes eram elementos de legitimação da ordem social e do poder imperial. O engajamento para construí-las e a disposição para autorizá-las representavam uma concessão recíproca de prestígio entre Roma e as elites locais. Porém, esse processo não se dava sem tensões. Se, por um lado, a construção de

banhos e aquedutos revelava a adesão por modelos arquitetônicos romanos, de outro, a construção de ginásios representava a resistência da identidade urbana grega, atitude que foi criticada pelo imperador.

## Referências

### Documentação textual

- PLINE LE JEUNE. *Lettres Livre X. Panégyrique de Trajan*. Texte établi et traduit par Marcel Durry. Paris: Les Belles Lettres, 2002.
- PLINIO EL JOVEN. *Cartas*. Introducción, traducción y notas de Julián González Fernández. Madrid: Editorial Gredos, 2005.

### Obras de apoio

- ANDO, C. *Imperial ideology and provincial loyalty in the Roman Empire*. Berkeley: University of California Press, 2000.
- BUSTAMANTE, R. M. C. Práticas culturais no Império Romano – entre a unidade e a diversidade. In: MENDES, N. M.; SILVA, G. V. (org.). *Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006, p. 109-136.
- CORTÉS COPETE, J. M. *Paideía e Imperio: una reflexión sobre el valor de la cultura como fundamento del dominio imperial*. *Anuario de Historia virtual*, año 6, n. 8, p. 10-30, 2015.
- CORTÉS COPETE, J. M. *Polis romana. Hacia un nuevo modelo para los griegos del Imperio*. *Studia Historica*, v. 23, p. 413-437, 2005.
- EVANGELIDIS, V. Agoras and fora: developments in the central public space of the cities of Greece during the Roman period. *The Annual of the British School at Athens*, v. 109, p. 335-356, 2015.
- FRANCO PEREIRA, G. E. El Aqua Traiana. El control de las aguas urbanas en la estrategia del poder imperial. In: CERQUEIRA, F. et al. (org.). *Saberes e poderes no Mundo Antigo*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013, p. 217-228.
- GUARINELLO, N. L. Ordem integração e fronteiras no Império Romano. Um ensaio. *Mare nostrum*, n. 1, p. 113-127, 2010.
- LEVICK, B. Pliny in Bithynia – and what followed. *Greece & Rome*, v. XXVI, n. 2, p. 119-131, 1979.

- REVELL, L. Constructing *romanitas*. *Theoretical Roman Archaeology Conference*, v. 98, p. 52-58, 1999.
- REVELL, L. *Roman imperialism and local identities*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- SHERWIN-WHITE, A. N. *The Letters of Pliny: a historical and social commentary*. Oxford: Oxford University Press, 1998.
- VEYNE, P. *Pão e circo: sociologia histórica de um pluralismo político*. São Paulo: Editora Unesp, 2015.
- WOOLF, G. Cultural change in Roman Antiquity: observations on agency. *Kodai*, v. 14, p. 157-167, 2004.
- ZUIDERHOEK, A. *The politics of munificence in the Roman Empire: citizens, elites and benefactors in Asia Minor*. New York: Cambridge University Press, 2009.